

REVISTA DO

SIPM

SERVIÇO DE
INATIVOS E
PENSIONISTAS
DA MARINHA

Ano 4 – N° 4 – 2017 – ISSN: 2358-1050

**Servir com qualidade
a quem serviu à
Marinha do Brasil com
dedicação**



Missão

O Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) é a Organização Militar responsável por realizar a concessão de direitos, acerto de contas, execução de pagamento, prestar atendimento ao público-alvo, efetuar o recadastramento anual e empreender ações para efetivar e regular a gestão dos recursos públicos, a fim de contribuir para a Administração de Pessoal da Marinha do Brasil, especificamente de inativos, pensionistas, ex-combatentes e anistiados políticos.

Visão

Elevar o reconhecimento do SIPM como uma Organização moderna e tecnologicamente avançada, que contribui para o aprimoramento e inovação dos processos gerenciais dos inativos, pensionistas, ex-combatentes e anistiados políticos da MB e gestão dos recursos públicos.

Expediente

Revista do SIPM

Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha – Edição 2017

Diretor

CMG (IM) Luiz Roberto Basso (novembro/2014 a fevereiro/2017)

CMG (IM) Ricardo Luís Veloso Mendes (a partir de fevereiro/2017)

Colaboradores

CF (T) Mário Roberto de Souza Lima

1T (RM2-T) Daniela Falci Pereira

1T (AA) Jairo Francisco Pinto

1T (T) Everton Moreira Machado

1T (T) Mariana Manhente Martinez

Edição e Produção

1T (RM2-T) Daniela Cunha Rangel

Projeto

AGÊNCIA 2A



Sumário

- 05 Palavras do Diretor
- 07 Linha de Subordinação do SIPM
- 08 Informações Almirante Ilques e Pontes Lima
- 11 Artigos e Matérias Especiais
- 49 Notícias SIPM
- 67 Estrutura do SIPM
- 69 Palavras do Vice-Diretor



Palavras do Diretor do SIPM



A Revista do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) se consolida, em sua quarta edição, como uma das principais ferramentas informativas para nosso público-alvo. A publicação se propõe a atender a dupla finalidade: divulgar as principais notícias da OM e gerar conhecimento sobre os assuntos relativos à atividade-fim do SIPM.

Nesse mister, produzimos um texto esclarecedor sobre benefícios para os militares que são acometidos de enfermidades e um artigo sobre a auxílio e custeio funeral, a fim de facilitar o entendimento da diferença entre estes benefícios. Chamo a atenção, ainda, para a matéria especial sobre o projeto "SIPM Itinerante", projeto que teve início em 2016 e já se mostrou como um grande acerto na propagação dos principais assuntos do SIPM àqueles que, em breve, se tornarão nossos clientes.

A seção de notícias traz uma retrospectiva do ano de 2016, no qual o SIPM comemorou seus 20 anos de existência. Destaco a comemoração do Dia dos Inativos da Marinha, campanhas solidárias e a participação no grande trabalho que a Marinha do Brasil empenhou no combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Ao completar 21 anos de existência, o SIPM mantém o compromisso de buscar a excelência no atendimento a um público tão importante para a Força Naval. E este comprometimento, parcialmente demonstrado nos textos desta Revista, está presente em cada pequena atitude do nosso dia a dia para atender de maneira célere e precisa a quem serviu à Marinha do Brasil com dedicação.

Aproveitem a leitura!

Ricardo Luís Veloso Mendes

Capitão de Mar e Guerra (IM)



Linha de Subordinação

Diretoria-Geral
do Pessoal da Marinha

Diretoria do Pessoal
Militar da Marinha

Serviço de Inativos e
Pensionistas da Marinha

Informações



Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior
(Diretor-Geral do Pessoal da Marinha)

Dados Pessoais:

Nascimento: 29/05/1954

Naturalidade: Ribeirão Preto

CURSOS

- » Escola Naval
- » Aperfeiçoamento de Comunicações para Oficiais
- » Básico da Escola de Guerra Naval
- » Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval
- » Superior de Guerra Naval (Escola de Guerra Naval)
- » Regular de Estado Maior da Academia de Guerra Naval (Armada do Chile)
- » Política e Estratégia Marítimas (Escola de Guerra Naval)
- » Altos Estudos de Política e Estratégia (Escola Superior de Guerra)

CONDECORAÇÕES

- » Ordem do Mérito da Defesa (Grau Comendador)
- » Ordem do Mérito Naval (Grau Grande Oficial)
- » Ordem do Mérito Militar (Grau Comendador)
- » Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Comendador)
- » Medalha da Vitória
- » Medalha Militar (Passador de Ouro)
- » Medalha Mérito "Tamandaré"
- » Medalha Mérito Marinheiro (Quatro Âncoras)
- » Medalha do Pacificador
- » Medalha Mérito "Santos Dumont"
- » Medalha Marechal Cordeiro de Farias
- » Medalha "Minerva" (Armada do Chile)
- » Medalha Militar (Ouro com Passador de Platina)
- » Ordem do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar - RJ
- » Medalha "Pro Memoria" (Polônia)



Vice-Almirante

Antonio Reginaldo Pontes Lima Junior
(Diretor do Pessoal Militar da Marinha)

Dados Pessoais:

Nascimento: 04/03/1958

Naturalidade: São Paulo

CURSOS

- » Colégio Naval
- » Escola Naval
- » Curso de Aperfeiçoamento de Armamento para Oficiais
- » Curso Básico da Escola de Guerra Naval
- » Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval
- » Curso Superior de Guerra Naval
- » Curso "Superiore di Stato Maggiore Interforze" (Roma-Itália)
- » Curso "Alti Studi per La Difesa" (Roma-Itália)

CONDECORAÇÕES

- » Ordem do Mérito da Defesa (Grau Comendador)
- » Ordem do Mérito Naval (Grau Grande Oficial)
- » Ordem do Mérito Militar (Grau Comendador)
- » Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Comendador)
- » Medalha da Vitória
- » Medalha Militar (Passador de Ouro)
- » Medalha Mérito "Tamandaré"
- » Medalha Mérito Marinheiro (Quatro Âncoras)
- » Medalha do Pacificador
- » Medalha Mérito "Santos Dumont"
- » Medalha Marechal Cordeiro de Farias
- » Medalha "Minerva" (Armada do Chile)
- » Medalha Militar (Ouro com Passador de Platina)
- » Ordem do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar - RJ
- » Medalha "Pro Memoria" (Polônia)
- » Medalha Mérito "Santos Dumont"
- » Medalha Marechal Cordeiro de Farias
- » Medalha "Minerva" (Armada do Chile)
- » Medalha Militar (Ouro com Passador de Platina)
- » Ordem do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar - RJ
- » Medalha "Pro Memoria" (Polônia)

Artigos e Matérias Especiais

Em destaque nesta edição da Revista do SIPM alguns direitos dos inativos e pensionistas, como auxílio e custeio funeral, o projeto "SIPM Itinerante" e o artigo de prevenção ao câncer, entre outros assuntos de interesse do nosso público.



Câncer: a importância da prevenção e detecção precoce

Daniela Falci Pereira* | Primeiro-Tenente (RM2-T)

Introdução

O problema do câncer no Brasil ganha relevância pelo perfil epidemiológico que essa doença vem apresentando. Atualmente, representa a segunda causa de óbito na população adulta.

O Brasil passa por mudanças em seu perfil demográfico, consequência, dentre outros fatores, do processo de urbanização populacional, da industrialização e dos avanços da ciência e da tecnologia.

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), órgão específico singular do Ministério da Saúde, conforme o Decreto Presidencial nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, assume a designação formal para participar da formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

Assim sendo, o INCA vem desempenhando importante papel no desenvolvimento das ações nacionais orientadas para a prevenção e o controle. Entre elas, destacam-se as ações relacionadas à vigilância do câncer, cuja base para o fornecimento de informações necessárias para o planejamento, a gestão e a definição de prioridades são obtidas por meio dos Registros de Câncer (centros de informação especializada, supervisionados tecnicamente pelo INCA) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, centralizado nacionalmente pela Secretaria de Vigilância à Saúde.

* Ajudante da Divisão de Atendimento ao Público, do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM).

O INCA indica crescimento do câncer no país e a explicação está na maior exposição dos indivíduos a fatores de riscos cancerígenos. A redefinição dos padrões de vida, a partir da uniformização das condições de trabalho, nutrição e consumo, desencadeada pelo processo de industrialização, tem reflexos importantes no perfil epidemiológico das populações.

Esse processo de mudança demográfica, denominado de "envelhecimento" da população, associado à transformação nas relações entre as pessoas e seu ambiente, trouxe uma alteração importante no perfil de morbimortalidade, diminuindo a ocorrência das doenças infectocontagiosas e colocando as doenças crônico-degenerativas como novo centro de atenção dos problemas de doença e morte da população brasileira.

Com base no documento *World cancer report 2014* da International Agency for Research on Cancer (IARC), da Organização Mundial da Saúde (OMS), é inquestionável que o câncer é um problema de saúde pública, especialmente entre os países em desenvolvimento. Nestes países é esperado que, nas próximas décadas, o impacto do câncer na população corresponda a 80% dos mais de 20 milhões de casos novos estimados para 2025.

O câncer é responsável por mais de 12% de todas as causas de óbito do mundo: mais de 7 milhões das pessoas morrem anualmente da doença. É a principal causa de morte em países economicamente desenvolvidos e a segunda causa em países em desenvolvimento.

Os tipos de câncer mais incidentes no mundo foram pulmão (1,8 milhão), mama (1,7 milhão), intestino (1,4 milhão) e próstata (1,1 milhão). Nos homens, os mais frequentes foram pulmão (16,7%), próstata (15,0%), intestino (10,0%), estômago (8,5%) e fígado (7,5%). Em mulheres, as maiores frequências encontradas foram mama (25,2%), intestino (9,2%), pulmão (8,7%), colo do útero (7,9%) e estômago (4,8%).

Observa-se a existência de um perfil de determinados tipos de câncer em países em desenvolvimento que se assemelha ao perfil em países desenvolvidos, principalmente com relação aos cânceres de próstata, mama e intestino. Entretanto, ainda persistem os cânceres relacionados com condições socioeconômicas menos favoráveis, como o do colo do útero e o do estômago. Um número significativo de casos são passíveis de detecção precoce, como o câncer colorretal e o câncer de mama, mas, infelizmente, somente são diagnosticados em estágios avançados de evolução.

Alguns tipos de câncer podem ser evitados pela eliminação da exposição aos fatores determinantes, adotando-se medidas preventivas de estilo de vida saudável como: incorporar uma alimentação saudável e praticar atividade física regular; evitar

consumo excessivo de bebidas alcoólicas; abandonar o tabagismo; realizar exames recomendados com assiduidade; fugir da exposição solar e usar o protetor solar; a vacinação para Papilomavírus humano (HPV) e hepatite; praticar sexo seguro; evitar a exposição a carcinógenos ocupacionais e ambientais, como amianto, arsênico, radônio e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e cuidar da higiene bucal. Alia-se a esses fatores preventivos a verificação do histórico familiar com relação ao aparecimento da doença.

De acordo com a Estimativa de 2014 da Incidência de Câncer no Brasil, publicado pelo INCA, o tipo de câncer mais frequente na população masculina é o de próstata, e o de mama, entre as mulheres, sendo estes mais incidentes na região Sudeste.

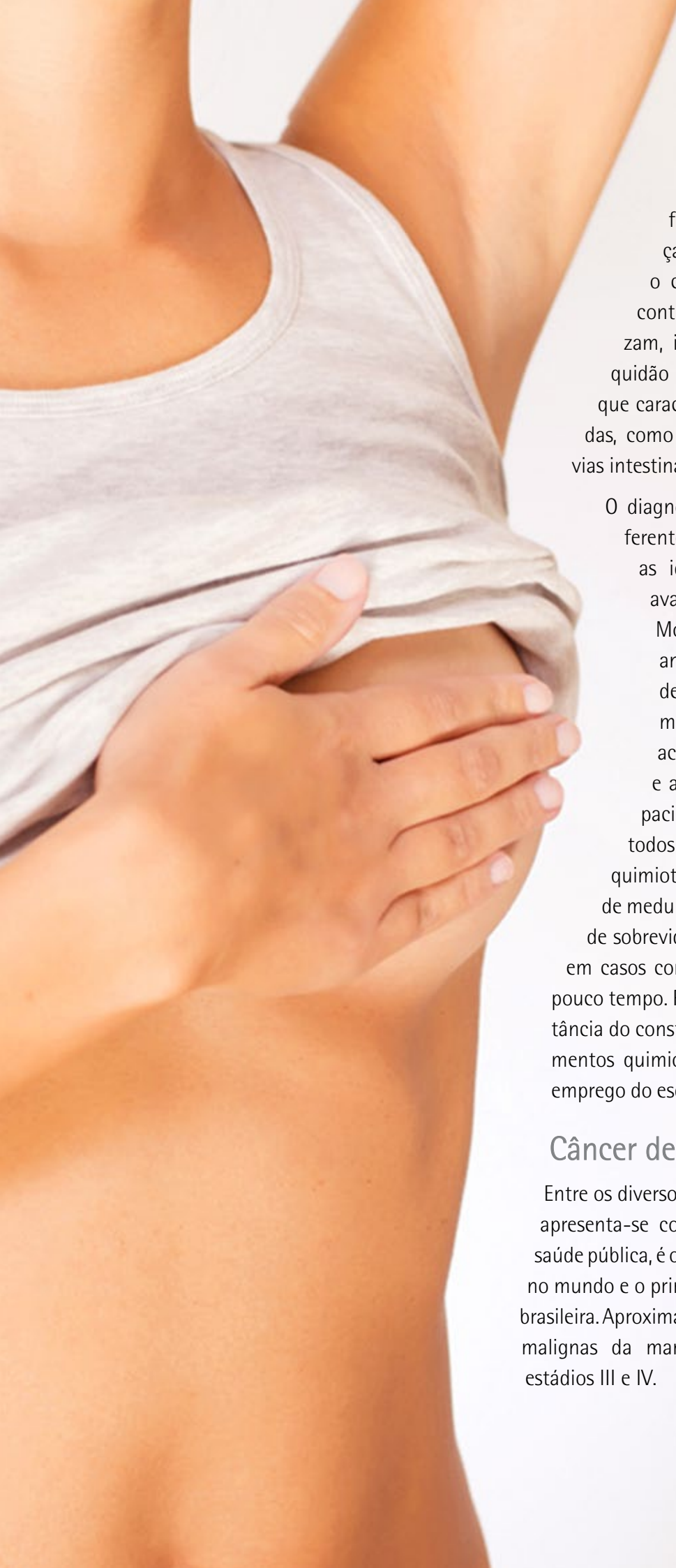
Detecção Precoce

Significa fazer o diagnóstico do câncer no seu estágio pré-sintomático, ou seja, antes que a pessoa manifeste algum sintoma relacionado com a doença ou apresente alguma alteração ao exame físico realizado por um profissional da área da saúde. O papel da prevenção do câncer nos níveis primário (promoção de saúde) e secundário (detecção do surgimento da doença nos estágios iniciais) é fundamental para que os índices de incidência e mortalidade por câncer no Brasil possam ser reduzidos. As estratégias para a detecção precoce do câncer incluem rastreamento e diagnóstico precoce.

O rastreamento prevê ações organizadas que envolvem o uso de testes simples aplicados a determinados grupos populacionais, com a finalidade de identificar lesões pré-cancerígenas ou cancerígenas em estágio inicial em indivíduos com doença assintomática. Os princípios do rastreamento precoce do câncer são:

- a) morbimortalidade elevada;
- b) história natural bem conhecida;
- c) teste ou exame para detecção relativamente simples, de fácil aplicação, seguro, não invasivo, com sensibilidade e especificidade comprovadas, boa relação efetividade/custo e boa aceitação pela população e pela comunidade científica;
- d) fase pré-clínica detectável e possibilidade de cura quando tratado nesta fase;
- e) disponibilidade de serviço de diagnóstico e tratamento para a população;
- f) tratamento que intervenha favoravelmente no curso da doença em sua fase clínica, garantindo maior sobrevida e melhor qualidade de vida; e
- g) continuidade do programa.

O diagnóstico precoce inclui ações de detecção de lesões em fases iniciais a partir de sintomas ou sinais clínicos. Para tanto, é importante que a população em geral e os pro-



fissionais de saúde reconheçam os sinais de alarme para o câncer, como nódulos, febre contínua, feridas que não cicatrizam, indigestão constante e rouquidão crônica, antes dos sintomas que caracterizem lesões mais avançadas, como sangramento, obstrução de vias intestinais ou respiratórias e dor.

O diagnóstico e tratamento dos diferentes tipos de câncer, em todas as idades, sofreram expressivos avanços nos últimos 20 anos. Modernos métodos de imagem, análises bioquímicas e métodos de biologia molecular têm permitido o diagnóstico apurado, acompanhamento adequado e avaliação do prognóstico dos pacientes. Aliado aos atuais métodos terapêuticos (radioterapia, quimioterapia, cirurgia e transplante de medula óssea) observam-se índices de sobrevida progressivamente maiores em casos considerados incuráveis até há pouco tempo. Ressalta-se também a importância do constante surgimento de medicamentos quimioterápicos mais eficazes e o emprego do esquema combinado de drogas.

Câncer de Mama

Entre os diversos tipos de câncer, o de mama apresenta-se como um grave problema de saúde pública, é o segundo tipo mais frequente no mundo e o primeiro na população feminina brasileira. Aproximadamente 60% das neoplasias malignas da mama são diagnosticadas em estádios III e IV.

Para o Brasil, em 2016, eram esperados 57.960 casos novos de câncer de mama, com um risco estimado de 56,20 casos a cada 100 mil mulheres. As formas mais eficazes para detecção precoce do câncer de mama são o exame clínico de mama e a mamografia. No Brasil, as recomendações do INCA para rastreamento e detecção do câncer de mama são: 1. Exame Clínico das Mamas em mulheres a partir dos 40 anos de idade; 2. Exame Clínico das Mamas mais exame mamográfico, bianual em mulheres de 50 a 69 anos de idade; e, 3. Exame Clínico das Mamas mais exame mamográfico, anual em mulheres com risco elevado a partir dos 35 anos de idade.

O INCA não estimula o autoexame das mamas como estratégia isolada de detecção precoce do câncer de mama, uma vez que realizado pela própria mulher não substitui o exame físico do profissional de saúde qualificado para essa atividade. O autoexame traz consigo consequências negativas, como aumento do número de biópsias de lesões benignas, falsa sensação de segurança nos exames falsamente negativos e impacto psicológico negativo nos exames falsamente positivos.

A recomendação é que o exame das mamas realizado mensalmente pela própria mulher faça parte das ações de educação para a saúde que contemplem o conhecimento do próprio corpo. O melhor período para a sua realização é de 7 a 10 dias após a menstruação, quando as mamas ficam menos túrgidas, facilitando o eventual encontro de alterações. Para as mulheres que não menstruam, como aquelas que já se encontram na menopausa, ou as que se submeteram à histerectomia, ou ainda aquelas que estão amamentando, deve-se orientar a escolha arbitrária de um dia do mês para a realização do autoexame. O exame clínico das mamas deve ser realizado rotineiramente pelo médico durante a consulta em mulheres a partir de 25 anos, preferentemente na primeira semana após a menstruação.

A mamografia (mastografia ou senografia) é a radiografia da mama que permite a detecção precoce do câncer. É capaz de mostrar lesões muito pequenas, em fase inicial (em milímetros). É considerada como método diagnóstico mais eficaz, capaz de detectar o câncer de mama inicial, porém apresenta-se como um exame radiológico de alto custo e, infelizmente, ainda hoje não está acessível a toda a população, principalmente entre mulheres de menor poder sócioeconômico, sendo esse um fator negativo para a redução da mortalidade pela doença.

Os sintomas do câncer de mama palpável são o nódulo ou tumor no seio, acompanhado ou não de dor mamária. Podem surgir alterações na pele que recobre a mama, como abaulamentos ou retrações ou um aspecto semelhante a casca de uma laranja. Podem também surgir nódulos palpáveis na axila. A história familiar é um importante fator de risco para o câncer de mama, especialmente se um ou mais parentes de primeiro grau (mãe ou irmã) foram acometidas antes dos 50 anos de idade.

A idade constitui um outro importante fator de risco, havendo um aumento rápido da incidência com o aumento da idade. A menarca precoce (idade da primeira menstruação), a menopausa tardia (instalada após os 50 anos de idade), a ocorrência da primeira gravidez após os 30 anos e a nuliparidade (não ter tido filhos) constituem também fatores de risco para o câncer de mama.

Câncer de Próstata

Os principais fatores de risco associados ao câncer da próstata são: a etnia, idade maior ou igual a 50 anos e história familiar de pai ou irmão com câncer da próstata, antes dos 60 anos de idade. O câncer de próstata é aproximadamente duas vezes mais comum em homens negros se comparados aos brancos. Aproximadamente 62% dos casos diagnosticados no mundo ocorrem em homens com 65 anos ou mais.

Eram estimados 61.200 casos novos de câncer de próstata para o Brasil em 2016. Esses valores correspondem a um risco estimado de 61,82 casos novos a cada 100 mil homens. O câncer de próstata é o mais incidente entre os homens em todas as Regiões do país, com 95,63/100 mil na Sul, 67,59/100 mil na Centro-Oeste, 62,36/100 mil na Sudeste, 51,84/100 mil na Nordeste e 29,50/100 mil na Norte.

Sintomas como dor lombar, problemas de ereção, dor na bacia ou joelhos e sangramento pela uretra podem ser suspeitos. Os mais frequentes são dificuldades no ato de urinar, urinar várias vezes à noite e dor para urinar. A maioria dos cânceres de próstata não causa sintomas até que atinjam um tamanho considerável. As ações de controle da doença devem focar estratégias como a prevenção primária e o diagnóstico precoce.

Em homens acima de 50 anos, pode-se realizar o exame de toque retal e dosagem de uma proteína do sangue (PSA), por meio de exame de sangue, para saber se existe um câncer de próstata sem sintomas. O toque retal e a dosagem de PSA não dizem se o indivíduo tem câncer, eles apenas sugerem a necessidade ou não de realizar outros exames. O toque retal identifica outros problemas além do câncer de próstata e é mais sensível em homens com algum tipo de sintoma. O PSA tende a aumentar de acordo com o avanço da idade. Cerca de 75 a 80% dos homens com aumento de PSA não têm câncer de próstata. Cerca de 20% dos homens com câncer de próstata sintomático apresentam um PSA normal. Dependendo da região da próstata, o câncer também pode não ser palpável pelo toque retal. A melhor estratégia é realizar os dois exames, já que são complementares.

Ações de promoção de saúde em combate ao câncer promovidas pela Marinha do Brasil

Assim como o câncer é uma doença que afeta a nossa população, esta também acomete os militares da Marinha do Brasil, tornando-se uma preocupação desta Força Armada realizar promoção de saúde em combate ao câncer. Sendo assim, destacam-se as seguintes iniciativas: em novembro de 2016, o Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM) e suas Organizações Militares subordinadas, em consonância com os preceitos da promoção à saúde e no combate ao câncer, desenvolveram ações para a conscientização da população, celebrando o "Novembro Azul" com o objetivo de orientar a população masculina sobre a importância das ações em saúde, necessárias para o diagnóstico precoce de câncer de próstata.

O Serviço de Patologia do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) desponta em inovação tecnológica. Foi o primeiro hospital da esfera pública a adotar o moderno método de citologia em meio líquido, que permite o diagnóstico precoce de lesões pré-malignas ou malignas do colo uterino e oferece maior êxito no tratamento, além de auxiliar a prevenção desse tipo de câncer.

O Navio Auxiliar Pará (NAux Pará) já possui a bordo um mamógrafo para a detecção e mapeamento da doença. Este foi doado pelo Governo do Estado do Pará para ser empregado de forma compartilhada com a Marinha, que utiliza o NAux Pará como navio de comando e controle e no transporte da Região Amazônica. Em contrapartida, o Governo do Pará, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, utiliza o navio executando um trabalho que garante apoio às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A DGPM-51, no capítulo 13, trata do Programa de Apoio ao Paciente Internado (PAPI) com o propósito de promover ações sociais nos Hospitais Navais, de forma preventiva e socioeducativa em saúde, no âmbito da Assistência Integrada, em proveito dos pacientes (internados ou em regime ambulatorial), bem como dos seus acompanhantes e familiares. O objetivo é desenvolver ações socioassistenciais, para democratizar as informações; articular ações com as equipes de saúde, a fim de esclarecer atribuições e competências face à dinâmica de trabalho imposta nos Hospitais



Artigos

Câncer: a importância da prevenção e detecção precoce

Navais; e desenvolver ações socioeducativas, que levem à participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade, bem como potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas.

A Marinha do Brasil, preocupada com a temática discutida, disponibiliza no site do Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM) – <https://www1.mar.mil.br/cmam/> – no link cuidados com a saúde, folhetos sobre câncer de pele e de mama para visualização e/ou impressão. A Odontoclínica Central da Marinha disponibiliza em seu site o Manual de Prevenção de câncer e Doenças Bucais – https://www.mar.mil.br/ocm/arquivos/prevencao/manual_prevencao.pdf – que tem por finalidade divulgar medidas preventivas às doenças bucais, em especial o câncer bucal, uma vez que o câncer bucal ocupa o terceiro lugar dentre as lesões tumorais de maior incidência no corpo humano.

O câncer na cavidade oral é o sexto mais comum na população masculina no Brasil e o objetivo foi conscientizar a tripulação sobre o tema ainda pouco conhecido. Foram discutidos os fatores de risco da doença, com destaque para fumo, consumo regular de bebidas alcoólicas, vírus HPV, exposição ao sol sem proteção, higiene bucal deficiente, estado de dentição precário e dietas pobres em proteínas, vitaminas e minerais.

Conclusão

O câncer é considerado um problema de saúde pública em todo mundo e no Brasil é a segunda causa de óbito. É uma das grandes preocupações mundiais e ganha destaque nas Políticas de Saúde Pública. As estratégias baseadas em promoção de saúde e na detecção precoce do câncer são de grande relevância para a redução de incidência e mortalidade por câncer.

O câncer de próstata e de mama são os que mais acometem a população, principalmente a da Região Sudeste. Por isso, o SIPM preocupado com a incidência da doença que afeta seus usuários e familiares criou um espaço nesta revista para socializar informações pertinentes, para que a conscientização sobre os fatores de risco e a adoção de hábitos saudáveis sejam adotados.

A Marinha do Brasil preza pelos membros da família naval e já adota estratégias em todo País na luta de combate ao câncer contribuindo assim, para a redução da mortalidade pela doença.

Referência Bibliográfica

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Câncer no Brasil: dados dos registros de base populacional: volume IV. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Políticas e ações para prevenção do câncer no Brasil: alimentação, nutrição e atividade física. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Magnitude do câncer no Brasil: incidência, mortalidade e tendência. Informativo Vigilância do Câncer, n. 3, p. 1-28, 2012.

Portal do INCA:

<http://www.inca.gov.br/estimativa/2016/index.asp?ID=2->>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

Portal do Histórico dos Navios Brasileiros:

<http://www.naviosbrasil.com.br/ngb/p/p130/p130.htm>> Acesso em 30 de julho de 2014.

Portal do INCA:

http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=322> Acesso em 29 de julho de 2014.

Portal da Revista NOMAR Online:

<https://www.mar.mil.br/nomaronline/noticias/23082012/04.html>> Acesso em 30 de julho de 2014.

Portal do Centro Médico Assistencial da Marinha:

<https://www.marinha.mil.br/noticias/o-centro-medico-assistencial-da-marinha-na-prevencao-do-cancer-de-prostata-e-pele>. Acesso em 30 de julho de 2014.

"A Marinha do Brasil adota estratégias em todo País na luta contra o câncer, prezando pela saúde e bem estar da família naval."



Segurança da Informação: atuando para proteger o cidadão e contando com sua ajuda também

Mário Roberto de Souza Lima* | Capitão de Fragata (T)

Você já parou para pensar em quantos cadastros digitais, em quantas listas de usuários, em quantos bancos de dados, cada um de nós é registrado ao longo de nossas vidas? Diversos, seria uma resposta plausível. E não é incomum a ocorrência de crimes que são cometidos utilizando-se destes registros, usados obviamente de forma não autorizada.

Neste contexto se insere a Segurança da Informação, cuja gestão, segundo Sêmola (2003)¹, deve se apoiar em cinco pontos cruciais:

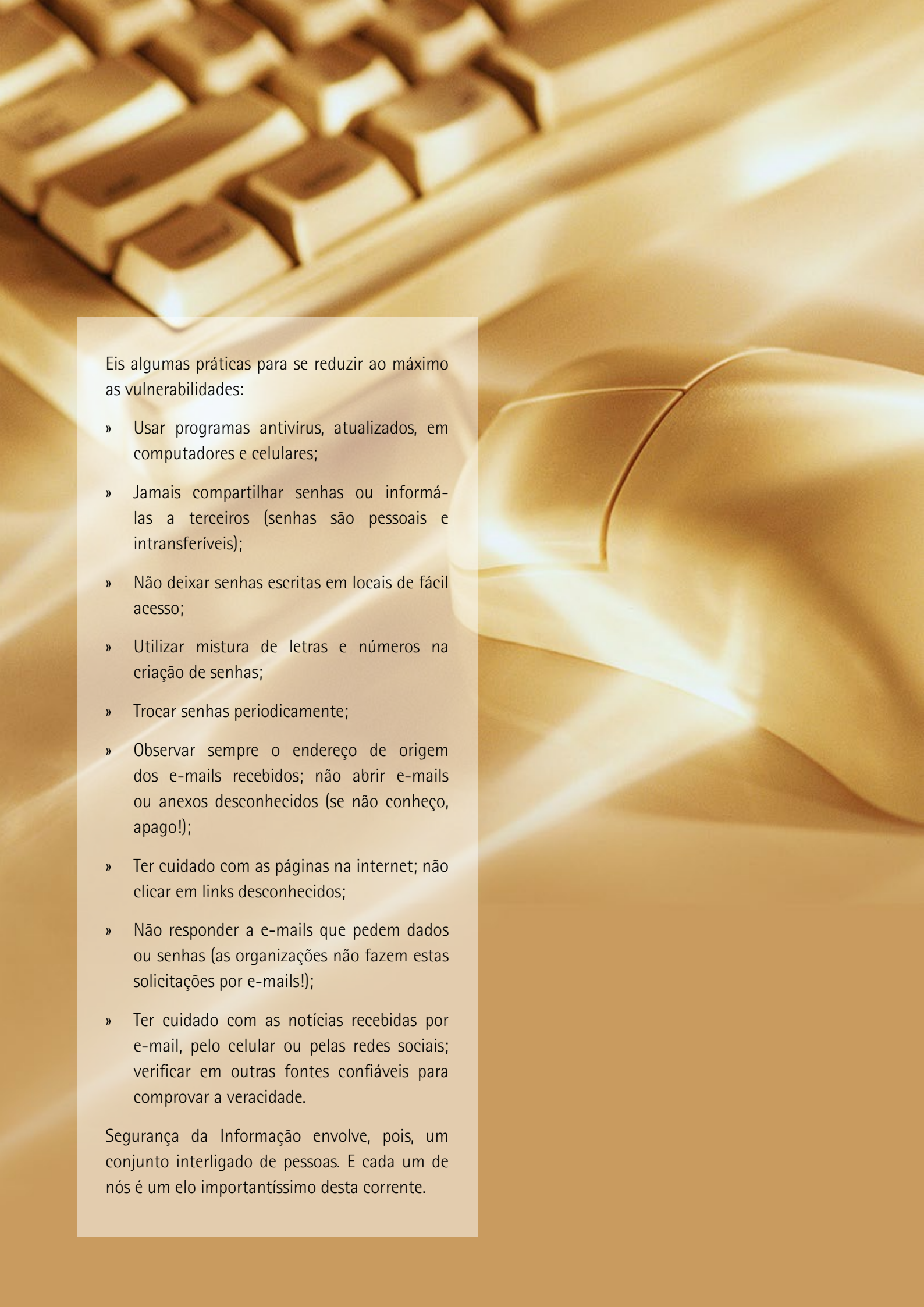
- » **Confidencialidade:** Somente pessoas autorizadas devem ter acesso às informações;
- » **Integridade:** As informações devem ser fidedignas para serem confiáveis. Logo, só devem ser alteradas por pessoas autorizadas para tal;
- » **Disponibilidade:** As informações devem estar disponíveis quando as pessoas autorizadas delas necessitarem;
- » **Autenticidade:** As informações enviadas não devem ser alteradas no percurso, tornando-se diferentes das informações originais, bem como deve-se ter certeza de quem as está provendo e de quem as está acessando;
- » **Legalidade:** As informações devem estar respaldadas no respeito a legislação vigente.

Esses pilares são essenciais no mundo tecnologicamente globalizado que vivemos, onde há sistemas que podem ser acessados de qualquer lugar do planeta, por diferentes dispositivos (celular, tablet, videogame, entre outros), bastando para tal que se tenha acesso à internet e se tenha conhecimento das **senhas dos usuários**.

Se por um lado, as organizações adotam medidas de segurança para evitar acessos indevidos e vazamento de informações, por outro, os usuários dos sistemas também devem ter cuidado ao manipular suas senhas, sistemas e dispositivos de acesso. As instituições investem pesado em tecnologias para evitar a quebra dos pilares citados, mas muitas vezes este comprometimento, que pode resultar em fraudes, venda de dados cadastrais, negação de serviços etc, advém da exploração de vulnerabilidades do próprio usuário por pessoas mal-intencionadas.

.....
* Chefe do Setor de Informática do SIPM.

¹ .SÊMOLA, Marcos. Gestão da Segurança da Informação: uma visão executiva. Editora Campus Elsevier, 2003.



Eis algumas práticas para se reduzir ao máximo as vulnerabilidades:

- » Usar programas antivírus, atualizados, em computadores e celulares;
- » Jamais compartilhar senhas ou informá-las a terceiros (senhas são pessoais e intransferíveis);
- » Não deixar senhas escritas em locais de fácil acesso;
- » Utilizar mistura de letras e números na criação de senhas;
- » Trocar senhas periodicamente;
- » Observar sempre o endereço de origem dos e-mails recebidos; não abrir e-mails ou anexos desconhecidos (se não conheço, apago!);
- » Ter cuidado com as páginas na internet; não clicar em links desconhecidos;
- » Não responder a e-mails que pedem dados ou senhas (as organizações não fazem estas solicitações por e-mails!);
- » Ter cuidado com as notícias recebidas por e-mail, pelo celular ou pelas redes sociais; verificar em outras fontes confiáveis para comprovar a veracidade.

Segurança da Informação envolve, pois, um conjunto interligado de pessoas. E cada um de nós é um elo importantíssimo desta corrente.

A carta das Nações Unidas e a soberania dos Estados Nacionais

Jairo Francisco Pinto* | Primeiro-Tenente (AA)

"A Lei da Guerra – Direito Internacional e Conflito Armado" é uma obra que trata do nível de comprometimento legal exercido pelas nações envolvidas em conflito armado, menciona as fontes das leis do direito internacional e resgata conflitos pretéritos, a fim de demonstrar o funcionamento efetivo dessas leis.

Nesse contexto, para garantir a paz no mundo por meio do bom relacionamento entre os países, em outubro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Naquele momento, após a segunda guerra mundial, com um saldo de milhões de mortos, representantes de cinquenta países reuniram-se em São Francisco, na Califórnia (EUA), e criaram uma nova Organização Internacional para, em suas palavras, "preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra". (BYERS, 2007, p.197)¹

Essa obra, embora contenha um conteúdo bastante técnico e específico, apresenta linguagem completamente didática e de fácil entendimento tanto para os leigos quanto para os profissionais do mundo jurídico. Assim, viabiliza aos seus leitores uma compreensão das leis que governam o uso da força nas questões internacionais, a partir de análises de acontecimentos históricos recentes no contexto da política e do direito globais.

* Resenha do livro **A Lei da Guerra: Direito Internacional e Conflito Armado**, de Michael Byers, produzida para o Programa Pró-Leitura, da Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha, pelo Primeiro-Tenente (AA) Jairo Francisco Pinto, do SIPM.

Artigos

A carta das Nações Unidas e a soberania dos Estados Nacionais

Em uma abordagem com foco em estudos de caso e citações de fatos inerentes à lei da guerra desde o século XIX até os dias atuais, BYERS posiciona o leitor de modo a refletir e entender os motivos promotores da fragilidade experimentada pelo Conselho de Segurança (CS) da ONU, no que tange ao cumprimento de seu propósito maior, o dispositivo central da carta da ONU no artigo 2, parágrafo 4:

"Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas". (BYERS, 2007, p.198 e 199)

Ao analisar vários conflitos armados ocorridos pós-criação da ONU, como intervenções no Kosovo e no Afeganistão em 1999/2001 e a guerra no Iraque em 2003, envolvendo diretamente os Estados Unidos da América (EUA) e outras potências aliadas, verificam-se momentos recorrentes de violação da principal atribuição do CS: a autorização do emprego da força contra qualquer nação.

Diante disso, o mundo teve conhecimento de um festival de abusos que vão desde desrespeitos aos direitos de civis e de prisioneiros de guerra, até arranjos políticos para viabilizar a concretização dos objetivos da nação mais poderosa envolvida no conflito. Desse modo, chega-se à conclusão inequívoca de que o direito relativo ao uso da força é realmente politizado, como formulou muito bem o filósofo militar Carl von Clausewitz, segundo o qual "a guerra é a continuação da política por outros meios" (BYERS, 2007, p.12).

Ainda nesse sentido, o autor sinaliza para a constante criação de doutrinas, por parte das grandes potências, versando sobre legítima defesa, intervenção humanitária, intervenção em defesa da democracia e legítima defesa preventiva, a fim de tentar justificar suas ações sem a autorização do CS.

Em síntese, o autor, com muita propriedade, argumenta acerca da inobservância do cumprimento às leis da guerra estabelecidas pela Carta da ONU. Isso demonstra que potências econômicas e militares intitulam-se JUÍZES DO MUNDO (grifo meu). Tudo para atender aos seus próprios interesses, principalmente os EUA que, com suas Forças militares estacionadas em mais de 140 países, estão envolvidos, direta ou indiretamente, em praticamente todos os conflitos existentes no mundo. Infere-se, então, que tais atitudes devem servir como subsídios a serem utilizados em qualquer estudo sobre Estratégia Nacional de Defesa, já que a prática da diplomacia é ignorada em muitos casos.

"[...] para garantir a paz no mundo por meio do bom relacionamento entre os países, em outubro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU)"





O que a Tecnologia da Informação faz pelo SIPM?

Everton Moreira Machado* | Primeiro-Tenente (T)

De fato vivemos os tempos modernos, nos quais a velocidade da informação alcança níveis que beiram o surreal: um e-mail disparado por meio da Rede de Comunicação Integrada da Marinha (RECIM) alcança, quase que instantaneamente, uma caixa cujo responsável está a centenas de milhares de quilômetros, na Comissão Naval Brasileira em Washington (CNBW). Sim, é a era da internet, das redes de computadores, da computação, mas no que isso afeta nossa Organização Militar (OM)? O que mudou? Onde podemos chegar? Quais os próximos passos?

Paradoxalmente à velocidade dos computadores temos a burocracia, que embora seja indispensável aos processos de concessões de direitos é, por vezes, prejudicial para quem precisa de celeridade em momentos de profunda delicadeza, como são os que geralmente trazem o público-alvo do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM). Para mitigar a morosidade causada pela necessária burocratização dos processos, há muitos anos no SIPM a Tecnologia da Informação (TI) é ferramenta fundamental. Neste artigo, será apresentado um pouco da parafernália digital que apoia os militares e servidores civis na tarefa de contribuir para a nobre missão desta OM.

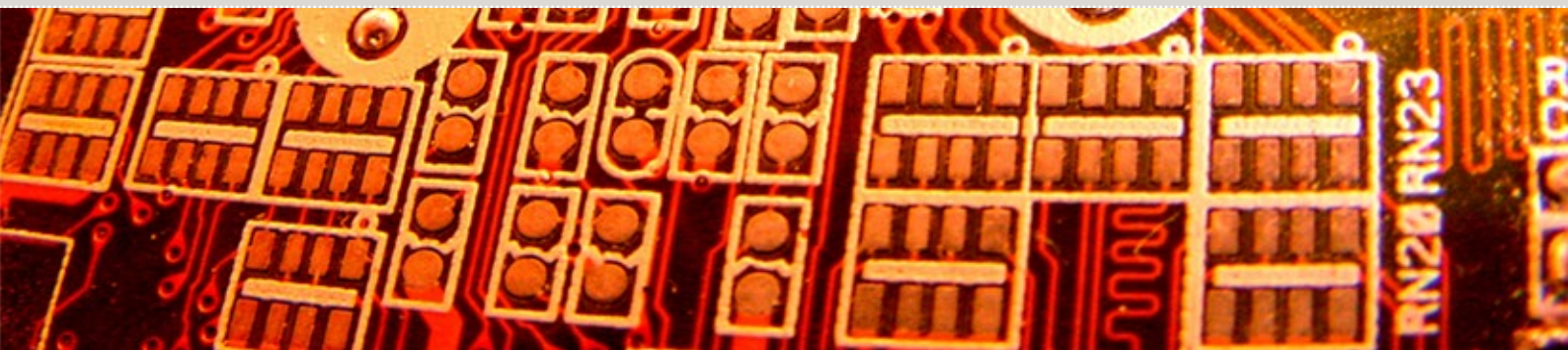
Em seu parque computacional, atualmente, o SIPM conta com 19 Servidores de dados¹ de ponta, responsáveis por armazenar e disponibilizar informações diversas de mais de 238.000 pessoas, entre inativos, pensionistas, ex-combatentes e anistiados políticos. Estes servidores também mantêm página de internet, intranet, e-mail e muitos outros dados afetos à gestão da OM.

.....
* Encarregado da Divisão de Sistemas Básicos.

¹ Computadores utilizados por outros computadores ou aplicações, geralmente com capacidade computacional muito elevada.

Artigos

O que a Tecnologia da Informação faz pelo SIPM?



Ligados à RECI, o SIPM possui aproximadamente 470 estações de trabalho², que são ferramentas básicas com que conta a tripulação para o cumprimento com excelência das tarefas da OM. São dezenas de equipamentos de conexão e outras dezenas de quilômetros de cabos. Tudo isso, ligado de maneira sistêmica e vigiado por Militares de prontidão, garante a alta disponibilidade dos insumos de TI e torna o SIPM uma instituição altamente tecnológica. Mas não para por aí, toda essa infraestrutura física é apenas suporte para a maior ferramenta tecnológica de trabalho da OM, o Sistema de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPEM).

Criado em 2002, este software, desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) é ainda hoje um dos maiores e melhores investimentos tecnológicos feito pelo SIPM. Por meio desta ferramenta é realizada a coordenação interdepartamental no que tange processos de concessão e pagamento de direitos. O sistema executa a gestão burocrática das tarefas de forma íntegra, rápida, distribuída e segura. O SIPEM, além de um grande gestor de processos, é também um enorme e organizado repositório digital de informações. Em sua concepção utilizou conceitos sólidos e reconhecidos de Análise e Engenharia de Software, bem como técnicas consistentes de programação e banco de dados, o que lhe conferiu a robustez tecnológica necessária para sobreviver à obsolescência inevitável causada pela voracidade das inovações tecnológicas.

Sustentando o fogo bravamente, o SIPEM aguarda por sua rendição, que será feita por seu sucessor, o SIPEM2, em desenvolvimento pelo CASNAV. Como praxe da parceria SIPM e CASNAV, a palavra excelência adjetiva o projeto, todas as melhores práticas estão sendo empregadas, as ferramentas mais modernas, implementadas e as técnicas mais renomadas, utilizadas. Isso tudo, aliado a um seleto grupo, composto de militares da ativa e da Reserva, bem como servidores civis, irá conferir ao SIPEM2

² Computadores pessoais.



a engenhosidade necessária para substituir seu antecessor. O novo sistema será mais bonito, mais leve, mais rápido, mais seguro e, claro, mais avançado tecnicamente. Isso elevará o SIPM a um novo patamar tecnológico que terá reflexo direto no cumprimento de sua Missão e, por consequência, o incremento na qualidade do serviço prestado a seu público-alvo.

Com a mentalidade de ser uma OM moderna e de vanguarda, em 2016, a Direção do SIPM entendeu que era o momento oportuno para mais um projeto tecnológico ousado. Foi lançado, assim, o aplicativo para *smartphones* quebrando o paradigma dos computadores pessoais e entrando definitivamente na computação embarcada móvel. Com isso, o SIPM colocou à disposição de seu público toda a comodidade e versatilidade dos celulares e *tablets*. O aplicativo, lançado nas versões *Android*³ e *iOS*⁴, proporciona um estreitamento na comunicação entre a OM e seu público, na medida em que disponibiliza uma gama de informações tempestivas e de importância para quem precisa utilizar os serviços do SIPM. Notícias, mapas com localizações dos postos de atendimento espalhados pelo Brasil, informações sobre documentação necessária para cada serviço, telefones úteis e muito mais, tudo ao alcance da mão.

Seja nos sistemas utilizados para gerenciar as informações dos usuários, seja na criação de novas formas de levar informação ao nosso público, a TI se mostra um instrumento de destaque para que o SIPM cumpra a sua missão de gerenciar os inativos e pensionistas da Marinha.

³ Sistema operacional da Google para *smartphones*.

⁴ Sistema operacional da Apple para seus equipamentos.

Habilitação concorrente de viúva e companheira

Mariana Manhente Martinez* | Primeiro-Tenente (T)



A Constituição Federal de 1988 admite expressamente três tipos de família: a decorrente do casamento, a decorrente da união estável e a decorrente da monoparentalidade, quando apenas um dos pais arca com as responsabilidades de criar o filho ou os filhos. Logo, depreende-se que a Lei não estabeleceu um conceito de família de forma taxativa, possibilitando a proteção jurídica aos mais variados arranjos familiares.

No caso da união estável, ela recebe abrigo constitucional e equipara-se ao casamento quanto à proteção do núcleo familiar ali estabelecido. A companheira, atualmente, possui *status* jurídico semelhante ao da viúva, dessa forma, não pode ser excluída das cotas-partes da pensão.

É oportuno frisar que a união estável é uma situação de fato, sendo assim, mesmo não registrada em cartório pode ser reconhecida após a morte do instituidor da pensão. Entretanto, a legislação não autoriza constituir união estável no caso de uma das partes serem casadas. Por esse motivo, é vedado à Administração Naval conceder administrativamente o rateio de cotas-parte à viúva e companheira concomitantemente.

Diferente do particular, que pode fazer tudo que a Lei não proíbe, ao administrador público somente é permitido fazer o que a Lei estritamente possibilita. Nesse caso, como a Lei de Pensões apenas autoriza o rateio do benefício entre viúva e ex-esposa pensionada ou entre companheira e ex-exposa pensionada, a concorrência de viúva e companheira não é possível por meio de via administrativa, por ausência de previsão legal.

Às pessoas separadas de fato ou judicialmente, todavia, há uma exceção legal prevista no Código Civil brasileiro capaz de reconhecer a união estável simultaneamente ao casamento. Isso que possibilita a concessão de pensão à viúva, separada de fato do instituidor, e à companheira de forma conjunta, desde que comprovada a situação de união estável com o *de cujus* por meio de decisão judicial.

É necessária decisão judicial reconhecendo a união estável e a separação de fato da viúva, uma vez que prevalece a presunção de existência de sociedade conjugal, competindo ao judiciário analisar a realidade fática de casos atípicos. Outrossim, mantém-se a presunção de dependência econômica da viúva em relação ao instituidor mesmo com a declaração de separação de fato, salvo expressa disposição em contrário da sentença judicial. No caso de manutenção da dependência econômica mesmo após a separação de fato o benefício é rateado em partes iguais para companheira e viúva.

Compete ao Judiciário julgar as relações sociais e direitos implícitos decorrentes de situações atípicas. É assegurado à viúva, à companheira e à ex-esposa pensionada, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da pensão por morte de militar, não há ordem de preferência. Com a união estável reconhecida e comprovada judicialmente, ainda que já exista viúva habilitada, resta configurado o direito da companheira em concorrer com a viúva de forma igualitária.

.....
* Ajudante da Divisão de Controle de Decisões Judiciais

Não obstante seja igualitário o rateio de cota-parte do benefício entre viúva e ex-esposa pensionada ou companheira e ex-esposa pensionada, tal igualdade assegurada não significa a percepção de valores idênticos no bilhete de pagamento. A legislação prevê a incorporação das cotas-partes dos filhos também beneficiários à cota-parte da viúva/companheira, o que repercute no valor final do benefício.

A pensão por morte é uma prestação assistencial proporcionada pela Marinha do Brasil a fim de manter a subsistência das pessoas dependentes do militar. Essa condição de dependência pode ser presumida pelo vínculo familiar decorrente, por exemplo, do casamento, ou pela dependência econômica entre o militar e o seu dependente. O direito à pensão militar, neste último caso independe do vínculo afetivo entre o militar e o seu beneficiário e abrange a possibilidade de uma ex-esposa pensionada ser habilitada junto da viúva ou companheira, por ter sido mantido o vínculo de dependência econômica mesmo após o divórcio.

É o requerimento do beneficiário que inicia o processo de habilitação à pensão militar por morte, o qual deverá ser instruído com os documentos comprobatórios do vínculo de dependência com o militar falecido. Por esse motivo, o requerimento deve ser realizado o mais rápido possível porque, embora os valores atrasados sejam calculados a partir do óbito do instituidor da pensão, as parcelas referentes ao período além dos cinco anos anteriores ao requerimento de habilitação não serão pagas, em razão de prescrição. A prescrição consiste na perda da proteção jurídica relativa ao direito pelo decurso do tempo, ou seja, pela inércia do interessado em exigir o cumprimento de seu direito.

A necessidade de ressarcimento da quantia percebida a maior pelos demais beneficiários no período anterior à implantação da nova habilitação é consequência do direito ao recebimento do benefício desde a morte do instituidor. Se não houvesse a cobrança dos valores pagos indevidamente, haveria duplo pagamento e enriquecimento sem causa do particular em detrimento da sociedade, tendo esta de arcar com pagamento superior a 100% da pensão.

O pagamento de valor superior a 100% da pensão é ilegal por tratar-se de prejuízo aos bens públicos. Ao administrador cabe apenas gerenciar as verbas públicas, sendo vedados quaisquer atos que impliquem renúncia a direitos do Poder Público ou que injustificadamente onerem a sociedade, em atenção ao interesse público, que, por sua vez, deve preponderar sobre o interesse do particular.

Desta feita, decorrem alterações em razão do reconhecimento tardio do direito de habilitação, o que reflete, por óbvio, no ajustamento da cota-parte dos demais beneficiários e na necessidade de ressarcimento ao erário público do importe recebido

a maior. A fim de evitar tal transtorno é essencial ao militar atualizar sua declaração de dependentes e beneficiários, pois essa é a forma de dar ciência à Administração Naval para futuro rateio correto de cotas-parte de pensão.

Face ao exposto, infere-se que a proteção jurídica materializada pela pensão por morte é devida aos familiares de forma ampla, independente de vontade expressa do instituidor da pensão, com a existência ou não de dependência econômica e vínculos familiares, de forma a proporcionar aos dependentes e familiares do militar a manutenção de qualidade de vida. Não é possível, em contrapartida, o reconhecimento administrativo da existência simultânea de mais de uma família para um mesmo militar, por inexistir amparo legal para constituição de união estável por pessoa casada, tampouco para o pagamento da pensão concomitantemente à viúva e à companheira, necessitando de ordem judicial para sua efetivação.





Benefícios do militar inativo acometido de enfermidade

Em primeiro lugar, é preciso definir que o militar na Reserva Remunerada está em condições de convocação ou mobilização. Já o militar reformado fica dispensado da prestação do serviço militar.

A Reforma pode acontecer por idade-limite, invalidez ou incapacidade física:

- » **Incapacidade física:** ocorre quando o militar na Reserva se torna incapaz (sem invalidez), decorrente das doenças previstas no artigo 108 do Estatuto dos Militares (EM).
- » **Invalidez:** ocorre quando o militar na Reserva remunerada se torna inválido, ou seja, incapaz de exercer qualquer atividade laboral. Tal fato pode acontecer nas seguintes situações:
 - Militar reformado por idade-limite por ser portador de doença especificada no inciso V, do art. 108 do EM;
 - Militar reformado por incapacidade física, decorrente de acidente em serviço ou doença com relação de causa e efeito com o serviço, com agravamento da doença geradora da Reforma.

Art. 108, inciso V:

Tuberculose ativa, Alienação mental, Esclerose múltipla, Neoplasia maligna, Cegueira, Hanseníase, Paralisia irreversível e incapacitante, Cardiopatia grave, Mal de Parkinson, Espondiloartrose anquilosante, Nefropatia grave, Pênfigo (gera a incapacidade mas não enseja a isenção do imposto de renda) e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada.

Art. 108, inciso VI:

Doença SEM relação de causa e efeito com o serviço.

Matérias Especiais

Benefícios do militar inativo acometido de enfermidade

A melhoria de Reforma só ocorre quando o militar, reformado por idade-limite, se torna inválido por ser portador de doença especificada no art. 108, inciso V, do EM. Nestes casos, a remuneração do militar passará a ser calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir.

A melhoria de Proventos só ocorre quando o militar da ativa, que foi reformado por incapacidade física, em decorrência de *acidente em serviço ou de doença com relação de causa e efeito com o serviço*, se torna inválido em razão de complicações da doença geradora da Reforma por incapacidade. Nestes casos, a remuneração passará a ser calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir.

Auxílio-invalidéz

É devido ao militar inválido que:

- » Necessita de internação especializada, militar ou não.
- » Necessita de assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.

Atenção: anualmente, o militar deve apresentar no momento do recadastramento uma Declaração informando se exerce ou não atividade remunerada. Essa declaração é necessária para a manutenção deste benefício. A falta da Declaração acarreta a suspensão do pagamento do Auxílio-invalidéz.

Isenção do Pagamento de IR

Fazem jus os portadores das seguintes doenças:

- » AIDS;
- » alienação mental;
- » cardiopatia grave;
- » cegueira;
- » doenças decorrentes de contaminação por radiação;
- » doença de Parkinson;
- » esclerose múltipla;
- » espondiloartrose anquilosante;
- » estado avançado do mal de Paget (osteíte deformante);
- » fibrose cística (mucoviscidose);
- » hanseníase;

- » hepatopatia grave;
- » nefropatia grave;
- » neoplasia maligna (câncer);
- » paralisia irreversível e incapacitante; e
- » tuberculose ativa.

O benefício é concedido a partir da data da preexistência da doença.

O cancelamento do desconto do Imposto de Renda no Bilhete de Pagamento é providenciado pelo SIPM, após receber a mensagem da Junta de Saúde.

Os atrasados do ano corrente são devolvidos pela MB. Os dos anos anteriores, pela Receita Federal, mediante declaração retificadora.

Atenção: o Auxílio-invalidez e a isenção do Imposto de Renda não são repassados para o pensionista.

Benefícios conforme a situação

Situação: Militar da ativa; portador de doença do art. 108, III ou IV do EM; e não inválido:

- » Será reformado por incapacidade física;
- » Receberá proventos integrais; e
- » Terá isenção do IR.

Se este militar se tornar inválido após a Reforma em decorrência da doença incapacitante:

- » Será reformado por invalidez; e
- » Passará a receber proventos do grau hierárquico superior.

Se este militar também passar a ter necessidade de cuidados permanentes de enfermagem ou de internação especializada:

- » Fará jus ao auxílio-invalidez.

Este militar pode requerer a qualquer momento Inspeção de Saúde de Revisão de Reforma art. 108, inciso III (acidente em serviço) e art. 108, inciso IV (doença com relação de causa e efeito com o serviço).

Matérias Especiais

Benefícios do militar inativo acometido de enfermidade

Situação: Militar na Reserva Remunerada ou Reformado por idade-limite; que passe a ser portador de doença do art. 108, V do EM; que esteja inválido; e necessite de cuidados permanentes de enfermagem ou de internação especializada:

- » Será reformado por invalidez;
- » Passará a receber proventos do grau hierárquico superior;
- » Terá isenção do IR; e
- » Fará jus ao auxílio-invalidez.

Situação: Militar na Reserva Remunerada ou reformado por idade-limite; que passe a ser portador de doença do art. 108, V do EM; e que esteja inválido:

- » Será reformado por invalidez;
- » Passará a receber proventos do grau hierárquico superior; e
- » Terá isenção do IR.

Situação: Militar na Reserva Remunerada; portador de doença do art. 108, V do EM; e que não esteja inválido:

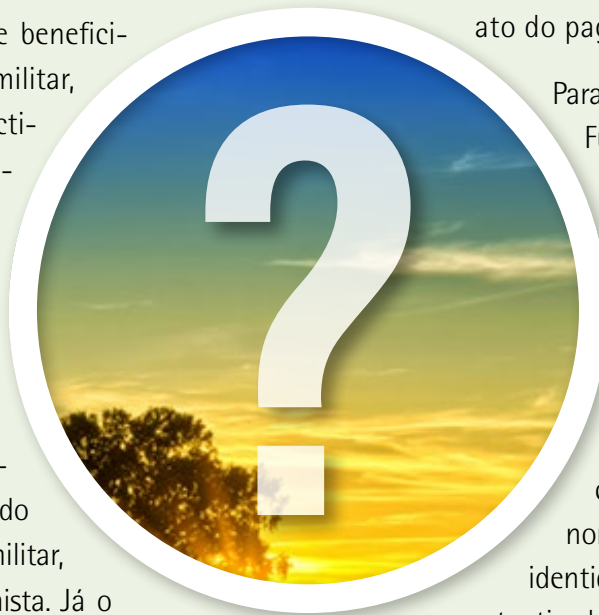
- » Será reformado por incapacidade física; e
- » Terá isenção do IR.

Auxílio e Custeio Funeral, você sabe a diferença?

O Auxílio Funeral é um direito do militar e do servidor civil, em caso de morte do cônjuge, companheira ou outro dependente. Viúvos ou viúvas de militares e servidores civis também recebem o benefício, além de beneficiários da pensão militar, observada a respectiva ordem de habilitação, por morte do militar, viúvo ou viúva de militar.

O valor do Auxílio Funeral é uma remuneração bruta do mês de óbito do militar, inativo ou pensionista. Já o Custeio Funeral é pago por meio de requerimento à pessoa que efetuar os gastos com o sepultamento do militar, servidor civil, pensionista viúvo ou viúva de militar ou ex-combatente. O

Custeio Funeral é uma parte do Auxílio Funeral, que é paga antecipadamente para, como o próprio nome diz, cobrir os custos do sepultamento. Esse valor será subtraído do Auxílio Funeral no ato do pagamento deste.



Para requerer o Custeio Funeral é necessário apresentar os seguintes documentos: certidão de óbito (cópia autenticada); nota fiscal (original); extrato de conta-corrente em nome do requerente; identidade e CPF (cópias autenticadas).

Para os civis, o limite do valor do Custeio Funeral é uma remuneração bruta percebida pelo servidor no mês do seu falecimento.

Matérias Especiais

Auxílio e Custeio Funeral, você sabe a diferença?

No caso de ex-combatentes, o limite do benefício é de um soldo de Segundo-Tenente. O ex-combatente não faz jus ao recebimento de Auxílio Funeral por morte de dependentes. Assim como o falecimento de pensionista de ex-combatente não dá direito ao pagamento do Custeio Funeral.

Para o Auxílio Funeral, existem especificidades dependendo do requerente:

Militares

Trata-se de uma parcela específica a ser recebida pelo próprio militar, ativo, inativo ou anistiado, que tenha dependentes cadastrados no Banco de Dados do Pessoal da Marinha (BDPES).

Documentos necessários:

- a) Requerimento próprio
- b) Certidão de óbito (cópia autenticada)
- c) Identidade/CPF do requerente (cópia autenticada)
- d) Declaração de Dependente de Suspensão pelo falecimento

Atenção: Em caso de falecimento de dependente de militar da ativa ou inativo em TTC, o requerimento deve ser feito na OM em que está lotado. Os documentos são os mesmos já informados.

Pensionistas

No caso de falecimento do próprio militar, o beneficiário deverá dar entrada no pedido da pensão e aguardar a sua habilitação. Nesses casos, para agilizar o pagamento do benefício, é utilizado o Título de Pensão Militar como comprovação do direito, ou seja, não há necessidade do requerimento por parte do pensionista.

Civis

O procedimento é o mesmo dos pensionistas militares, a família (viúva ou filhos) deverá requerer a pensão e aguardar a habilitação.

Em resumo: O Auxílio Funeral é a parcela integral, com pagamento comprovado em Bilhete de Pagamento e para requerer é necessária a análise do Título de Pensão. No caso de dependentes, o documento a ser analisado é a certidão de óbito.

O Custeio Funeral é retirado do valor do Auxílio Funeral, deve ser requerido no SIPM por meio de comprovante de pagamento (nota fiscal).

MANTENHA OS DADOS DE DEPENDENTES E BENEFICIÁRIOS SEMPRE ATUALIZADOS!

É importante manter atualizadas as informações relativas a dependentes e beneficiários. Em caso de solicitação de benefícios como o Auxílio Funeral, por exemplo, é imprescindível que estes dados estejam corretos e em dia. Assim, atualize sempre que necessário as informações em qualquer local de atendimento do SIPM (verifique os locais e horários de atendimento no site www.sipm.mar.mil.br).

SIPM Itinerante: informação cara a cara com o usuário

Projeto leva palestras sobre inatividade às OM da área Rio

Levar a informação certa, de maneira direta e precisa, para o público que necessita recebê-la. Parece simples, especialmente em um mundo superconectado, mas este é um desafio cada vez maior nas organizações. Com este foco, o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) iniciou no primeiro semestre de 2016 o projeto "SIPM Itinerante". "Esse projeto surgiu pela necessidade de levar informação aos nossos usuários, este é o principal objetivo. Percebemos aqui no setor de Atendimento do SIPM que as pessoas desconheciam os serviços voltados para inativos e pensionistas, e a falta de conhecimento gera um retrabalho enorme", explica a Capitão de Fragata (T) Maria Eliâne Alencar Rocha Borges, Chefe do Departamento de Apoio ao Público.

Com base nas principais questões relacionadas ao público do SIPM – cadastramento, benefícios para militares com enfermidades, parcelas específicas – foram desenvolvidas palestras, que são ministradas pelos militares e servidores civis diretamente responsáveis pelos temas. "Nossa gama de assuntos técnicos é grande, então o que a gente leva para as apresentações são os carros-chefe", afirma a Comandante Eliâne. Hoje, 40% dos atendimentos prestados no SIPM são prova de vida, ou o cadastramento, obrigatório para todos os inativos e pensionistas. Caso a pessoa deixe de fazer, o pagamento é bloqueado. Muitos desconhecem esta obrigatoriedade anual do cadastramento e acabam passando por dificuldades desnecessárias, que poderiam ser evitadas.

A plateia, formada por militares da ativa em período próximo de transferência para Reserva, além dos que estão em Tarefa por Tempo Certo (TTC), se mostrou muito participativa em todas as edições do "SIPM Itinerante", especialmente durante as apresentações sobre pensão militar, com dúvidas sobre quem pode ter acesso ao direito e como se dá a divisão de cotas. "Achei excelente, enriquecedor. O SIPM será minha OM

em breve, estou passando para a Reserva, e muitas informações não tinha conhecimento. Sei que no site de vocês há muita coisa, também na Carta de Serviços, mas nada substitui o contato pessoal, durante as palestras é possível perguntar, tirar as dúvidas diretamente com a equipe do SIPM", conta o Capitão de Fragata (IM) Dilson Portela de Figueiredo, Chefe Geral de Serviços da Diretoria de Abastecimento da Marinha.

Também são apresentadas as parcelas específicas, como auxílio e custeio funeral, auxílio invalidez e a diferença entre incapacidade e invalidez. Ao longo do ano de 2016 foram realizadas palestras para a tripulação de 13 Organizações Militares (OM), como Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), Centro de Apoio a Sistemas Operativos (CASOP) e Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD). Para o Capitão-Tenente Edmar Ferreira da Silva, Encarregado da Seção de Assistência Social da Base de Abastecimento do Rio de Janeiro (BAMRJ), o projeto é bastante relevante: "A gente constatava que existiam muitas situações que eram direito dos militares e eles não tinham conhecimento. Além disso, a ideia era elucidar os serviços do SIPM de forma que o militar não fosse a um local de atendimento sem necessidade". O



Matérias Especiais

SIPM Itinerante: informação cara a cara com o usuário

Capitão-Tenente destaca, ainda, o resultado do projeto na BAMRJ: "Foi muito positivo e a interação que aconteceu durante as palestras comprova isso, foram muitas perguntas, o público pôde tirar suas dúvidas".

Mais de 500 militares assistiram às apresentações, espera-se que estes sejam multiplicadores e espalhem as informações recebidas de forma a aumentar o alcance do projeto. O "SIPM Itinerante" continua em 2017 e a ideia é que seja ampliado, não só na



No CCIMAR, o público participou da palestra expondo suas dúvidas



Militares da BAMRJ assistem à palestra do SIPM

POR ONDE PASSOU O "SIPM ITINERANTE"

29 de abril	Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)
10 de maio	Base de Abastecimento da Marinha do Rio de Janeiro (BAMRJ)
12 de maio	Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh)
17 de maio	Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM)
15 de junho	Centro de Apoio a Sistemas Operativos (CASOP)
20 de junho	Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD)
22 de junho	Diretoria de Abastecimento da Marinha (DabM)
13 de setembro	Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR)
14 de setembro	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB)
16 de setembro	Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM)
20 de setembro	Escola Naval
18 de outubro	Submarinos Tikuna e Tamoio

quantidade de OM atendidas, mas no público de cada edição. Para a CF (T) Eliâne Rocha, o usuário do SIPM precisa entender que a dinâmica da gestão do inativo faz parte da carreira: "Mesmo na inatividade é preciso que a pessoa tenha o hábito de acessar o nosso site, conhecer nossa Carta de Serviços e, caso tenha dúvida, ligar para a Central de Atendimento, para evitar comparecer a um local de atendimento", finaliza.



ONDE CONSEGUIR INFORMAÇÃO

A passagem para a inatividade é um processo que inclui o aprendizado de uma série de novos direitos e deveres para o militar ou servidor civil, é comum o desconhecimento de novas rotinas. O Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) passa a ser o elo entre o inativo (e seus dependentes) e a Marinha. Assim, o SIPM disponibiliza uma série de ferramentas para ajudar nesta busca de informações. O principal é o site – www.sipm.mar.mil.br – na qual estão disponibilizadas todas as informações que o militar e pensionista precisam conhecer. Duas vezes por ano é publicado o Jornal dos Inativos e Pensionistas (JIPE), disponibilizado em formato digital no site. O JIPE conta com as principais notícias do SIPM. Também no site estão disponíveis a Carta de Serviços, que reúne as informações sobre os serviços do SIPM, e folhetos, dentre eles o "Bem-vindo à Reserva", no qual constam as primeiras dicas para o militar que faz a transferência para a Reserva. Além destes informativos, o aplicativo para *smartphones* do SIPM reúne diversos dados essenciais para os inativos e pensionistas e pode ser baixado gratuitamente para as plataformas IOS e Android. Caso ainda tenha dúvidas, o usuário pode ligar para a Central de Atendimento: (21) 2104-6390 (oficiais intermediários e subalternos, praças, civis assemelhados e seus pensionistas) ou (21) 2104-6385 / (21) 2104-6388 (oficiais gerais e superiores, civis assemelhados e seus pensionistas).



Marinha

de gestão na estratégia de combate às
das ao Controle Interno, que caracterizam
atividade no âmbito da MB.

SIPEM
Inativos e Pensionistas da Marinha

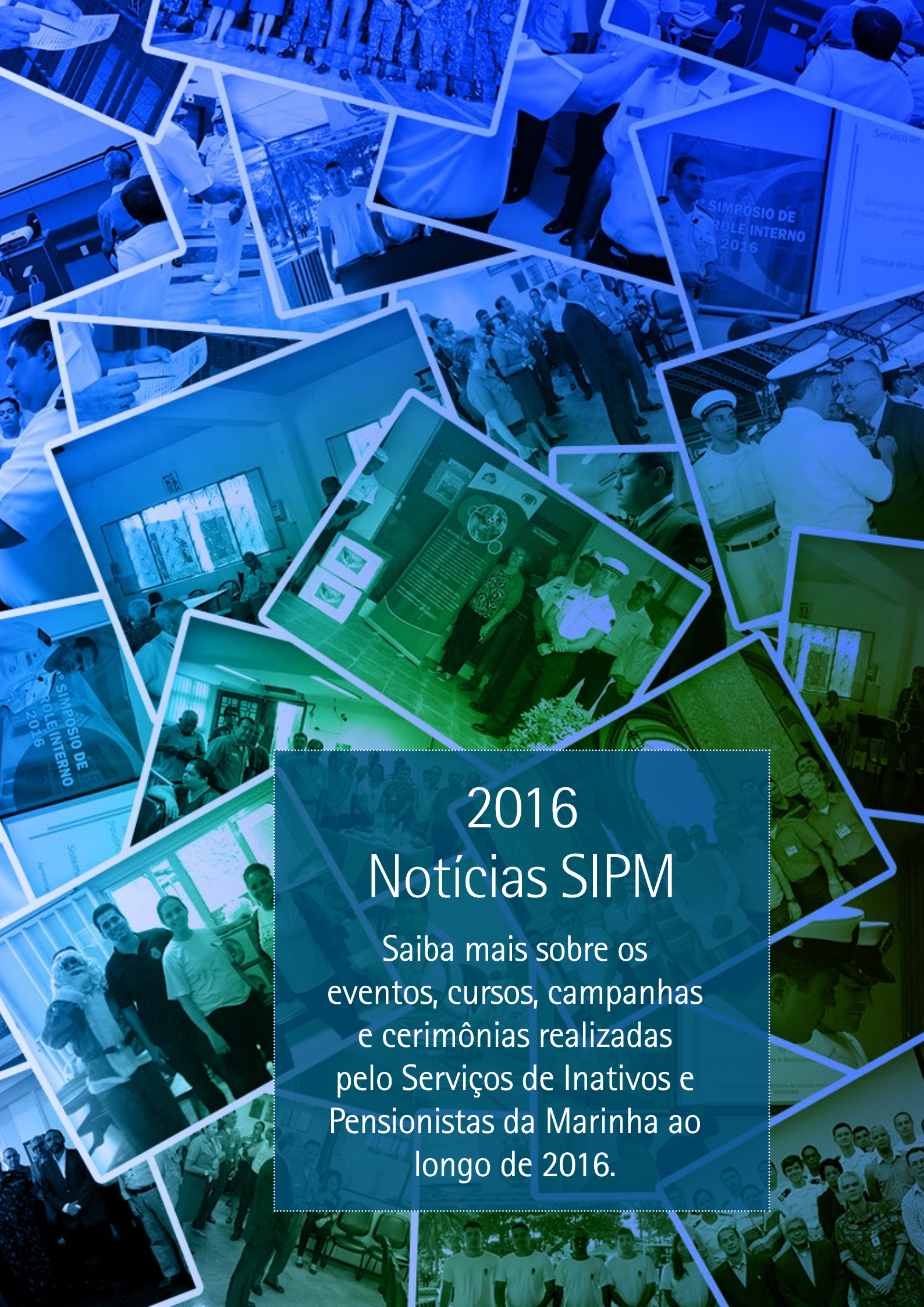
Apresentação para o IX Simpósio de Controle Interno, da SP-ICPEs
25/07/2016

SE
Sistema de Gestão
Simpósio de Controle Interno

SE
Sistema de Gestão
Simpósio de Controle Interno

SE
Sistema de Gestão
Simpósio de Controle Interno

SE
Sistema de Gestão
Simpósio de Controle Interno



2016 Notícias SIPM

Saiba mais sobre os
eventos, cursos, campanhas
e cerimônias realizadas
pelo Serviços de Inativos e
Pensionistas da Marinha ao
longo de 2016.

GEPROPES realiza Mapeamento de Processos no SIPM

O Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) recebeu, de 21 de janeiro a 12 de fevereiro de 2016, o Grupo Executivo do Programa de Gestão de Pessoal (GEPROPES), com o objetivo de realizar o Mapeamento de Processos da OM e elaborar a Tabela Mestre de Força de Trabalho – TMFT, que passará a nortear a alocação de pessoal na OM. O Programa de Gestão de Pessoal (PROPES) tem como propósito aprimorar o gerenciamento do pessoal em toda a Marinha do Brasil, com base no conceito de Força de Trabalho, utilizando instrumentos administrativos já existentes na Força Naval e, quando aplicável, as modernas técnicas da Gestão de Pessoas por Competências e do Mapeamento de Processos

O Vice-Almirante (RM1-IM) Indalecio Castilho Villa Alvarez, Coordenador do Grupo Executivo do PROPES, proferiu palestra sobre o Mapeamento de Processos na Marinha e o Diretor do SIPM, Capitão de Mar e Guerra (IM) Luiz Roberto Basso, apresentou detalhes do funcionamento do SIPM. Em seguida, houve visita às instalações da OM. Com base no propósito de tarefas que compõem a missão do SIPM, o GEPROPES realizou entrevistas em todos os Departamentos e Assessorias a fim de obter informações acerca dos processos e da Força de Trabalho adequada ao cumprimento da sua missão.



A equipe do GEPROPES visitou
as instalações do SIPM

Zika: SIPM participa de trabalho de conscientização

A Área do Pessoal Militar da Marinha participou da Operação de combate ao *Aedes aegypti* no dia 13 de fevereiro de 2016, quando foram visitados 2044 imóveis no bairro de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. O trabalho realizado pelos militares do SIPM foi coordenado pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM) e envolveu a Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM) e o Serviço de Identificação da Marinha (SIM).

As ações de mobilização das Forças Armadas começaram com a orientação do próprio efetivo, em uma campanha interna nas organizações militares. A segunda etapa foi um grande trabalho de conscientização da população. Os militares distribuíram material impresso educativo com informações para o combate à proliferação do mosquito. Foram empregados 667 militares que visitaram 2044 imóveis.

"A importância desta ação das Forças Armadas está em despertar a consciência das pessoas para a gravidade das doenças causadas pelo *Aedes aegypti* e disseminar medidas que todos devem tomar de forma permanente", explicou o Vice-Almirante Antonio Reginaldo Pontes Lima Junior, Diretor do Pessoal Militar da Marinha.



Objetivo do trabalho foi conscientizar a população



Trabalho foi realizado por DGPM, DPMM, SIPM e SIM



SIPM faz 20 anos na busca da excelência pelo atendimento

O Serviço de Inativos Pensionistas da Marinha (SIPM) completou, no dia 06 de março de 2016, duas décadas de atividade. Para celebrar a data, foi realizada uma cerimônia militar, presidida pelo Diretor do Pessoal Militar da Marinha, Vice-Almirante Antonio Reginaldo Pontes Lima Junior.

Durante o evento, ao qual estiveram presentes vários ex-diretores do SIPM, foi entregue a premiação de Militar da Ativa, Praça TTC e Servidor Civil padrão do segundo semestre de 2015. Receberam os prêmios: o Suboficial Mauricio Santos Silva, do Departamento de Informática; o Cabo Thiago Ferreira Joaquim Carneiro, do Departamento de Pagamento; a Praça TTC Suboficial Aldo Pimentel Gomes Filho, do Departamento de Pagamento; e a Servidora Civil Margarete Alves Custódio, do Departamento de Proventos e Pensões.

Em sua Ordem do Dia, o Diretor do SIPM, Capitão de Mar e Guerra (IM) Luiz Roberto Basso, destacou que a OM é focada em relações humanas e em atender devidamente às necessidades de seu público. Além disso, o Diretor ressaltou que a busca incessante pelo aprimoramento dos serviços é o desafio permanente do SIPM.



Durante a cerimônia foi entregue a premiação de militar e servidor civil padrão

SIPM visita Serviço de Inativos e Pensionistas do Exército



Apresentação do Chefe do Estado Maior do Comando da 1ª Região Militar do EB, Coronel Waldir Silva Filho



Militares e servidores civis do SIPM puderam conhecer procedimentos do Exército



Uma comitiva de 22 militares e servidores civis do Serviço de Inativos da Marinha (SIPM) realizou uma visita técnica à Seção do Serviço de Inativos e Pensionistas da 1ª Região do Exército, localizada no Palácio Duque de Caxias, no dia 27 de abril de 2016. O objetivo do evento foi trocar informações acerca dos procedimentos adotados nas duas Forças relativos aos inativos e pensionistas.

Para o Diretor do SIPM, Capitão de Mar e Guerra Luiz Roberto Basso, este tipo de intercâmbio gera melhorias nos processos: "A visita técnica buscava não só conhecer os procedimentos do Exército, mas verificar as normas e documentação deles". A visita contou com palestras e reuniões sobre assuntos como pagamento de pessoal, acerto de contas, recuperação de ativos e habilitação e recadastramento.

Dia da Batalha Naval do Riachuelo

A tradicional cerimônia militar em comemoração ao Dia da Batalha Naval do Riachuelo foi realizada em 9 de junho de 2016 no SIPM. Durante o evento foi realizada leitura da Ordem do Dia do Comandante da Marinha e Mensagem da Presidenta da República.

As Praças promovidas receberam, do Diretor do SIPM, as platinas e divisas. Foram também entregues as medalhas Mérito Marinheiro e Mérito Militar, além dos Distintivos de Comportamento.



O Diretor do SIPM entregou as divisas e platinas aos promovidos



Também foram entregues medalhas e distintivos



Doações do SIPM beneficiam idosos e crianças

O SIPM realizou, no primeiro semestre do ano de 2016, uma campanha de arrecadação de agasalhos e cobertores. A tripulação da OM se engajou na "Campanha do Agasalho" e foram arrecadadas 393 peças, que incluíam, além dos materiais de inverno, itens de vestuário e calçados.

As doações foram entregues, em julho, às instituições "Minha Casa – Sociedade Civil de Amparo ao Menor" e "Abrigo de Idosos Lar do Otávio", ambas localizadas no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro. O SIPM realiza periodicamente campanhas de doação entre sua tripulação. Esta foi a terceira edição da "Campanha do Agasalho" na OM.

CC (RM1-T) Silveira e 3SG-ES Leonardo alegraram os idosos do Lar de Otávio com uma apresentação musical



As instituições receberam as 393 doações realizadas pela tripulação do SIPM

Âncora Social chega a sua oitava edição

O SIPM participou do 8º Festival Âncora Social, realizado no dia 17 de agosto de 2016, na Casa do Marinheiro (CMN). No estande do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha foi possível tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela OM e foram distribuídos o Jornal dos Inativos e Pensionistas (JIPE) e do Guia Rápido de Pensões (GIRAPEM). Além disso, o posto de atendimento da CMN funcionou normalmente e os participantes do Festival puderam fazer recadastramento, entre outros serviços. Cerca de duas mil pessoas participaram desta edição do Âncora Social, evento que reúne ações sociais, prestação de serviços e entretenimento para a Família Naval.



O espaço do SIPM no Festival Âncora Social

Homenagens aos pais e mães do SIPM

Duas datas foram comemoradas pelo SIPM com visitas culturais: o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Para as militares e servidoras civis, foi realizado um passeio pela Baía de Guanabara na embarcação "Laurindo Pitta", no dia 5 de maio de 2016. Já os pais foram contemplados com uma visita à Ilha Fiscal, realizada na embarcação "Nogueira da Gama", no dia 25 de agosto do mesmo ano.



As mães do SIPM fizeram o passeio no "Laurindo Pitta"



Os pais do SIPM visitaram a Ilha Fiscal

SIPM participa de comemoração do Dia dos Inativos

O Dia dos Inativos, 10 de outubro de 2016, foi celebrado, na Casa do Marinheiro, com uma cerimônia militar e atividades socioeducativas voltadas para o público do evento. A cerimônia foi presidida pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, que destacou a importância de ações voltadas para os inativos: "Sempre faremos o possível e o impossível para honrar o legado de quem se dedicou à Marinha".

O Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) participou da celebração na Casa do Marinheiro com um estande, no qual foi distribuído material informativo sobre os serviços da OM. Na sede, a comemoração se deu com uma confraternização com café da manhã no setor de atendimento aos inativos.

O Dia dos Inativos foi criado em 2010 como um reconhecimento às pessoas que serviram à Marinha. O Vice-Almirante Domingos Sávio Almeida Nogueira, um dos agraciados com o Distintivo do Inativo que foi entregue durante a solenidade na Casa do Marinheiro, destacou a importância da experiência das pessoas que se dedicaram à Força Naval: "A Marinha é uma instituição que vive de tradições e os inativos fazem uma ponte com o que aprenderam e transportam para os mais modernos".



O Vice-Almirante Sávio foi um dos agraciados na solenidade



A data foi comemorada na sede do SIPM

Expertise de controle interno do SIPM é apresentada em palestras

Por indicação do Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) realizou, em 26 de outubro de 2016, uma apresentação para o 9º Simpósio de Controle Interno da 1ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército. Foi abordado o tema "Boas práticas de gestão na estratégia de combate às fraudes, aplicadas ao Controle Interno, que caracterizam proatividade no âmbito da MB", para o qual o Capitão de Fragata (T) Mário Roberto de Souza Lima, chefe do Departamento de Informática do SIPM, demonstrou as ferramentas de controle proporcionadas pelo Sistema de Inativos e Pensionistas (SIPEM).

O público, composto por representantes das três Forças Militares, além de profissionais do Tribunal de Contas da União e Ministério da Defesa, pôde acompanhar como a



As funcionalidades do SIPEM foram apresentadas pelo CF (T) Souza Lima



A CF (IM) Andrea fez uma palestra para servidores do MPM



automatização dos serviços foi fundamental para a melhoria do controle interno dos procedimentos do SIPM. O Simpósio é realizado anualmente e, este ano, teve como tema "As estratégias das instituições de controle no combate às fraudes na administração pública".

Controle e prevenção de fraudes

Já a Capitão de Fragata (IM) Andrea Nino Dorneles Neves, Encarregada da Divisão de Análise e Auditoria do SIPM, apresentou o tema "Mecanismos de controle e prevenção de fraudes no pagamento de inativos e pensionistas" no Curso de Controle Interno e Externo na Administração Militar Federal, do Ministério Público Militar (MPM). A palestra foi realizada no dia 9 de novembro e teve como público 25 servidores do MPM.

A apresentação aconteceu na sede do MPM, em Brasília. Entre os assuntos destacados estavam o SIPEM e como a Marinha realiza o controle de óbitos. O curso do MPM tem por objetivo demonstrar a atuação dos órgãos de controle externo e interno das Forças Armadas a fim de estimular ações conjuntas entre estas instituições.

Encontro jurídico no SIPM



Encontro para discutir aspectos relacionados aos inativos e pensionistas é realizado anualmente

O Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) promoveu, nos dias 7, 9 e 10 de novembro de 2016, um encontro entre as Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, sediadas na cidade do Rio de Janeiro, que executam tarefas referentes a militares inativos e seus pensionistas. Foram discutidos, ao longo dos três dias, aspectos jurídicos sobre a pensão militar e recuperação de ativos, entre outros assuntos da área.

A reunião teve a participação de cerca de 30 militares da Subdiretoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (SDIP), da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR) e do Serviço de Inativos e Pensionistas da 1ª Região Militar (SIPRJ1), além do próprio SIPM. Entre os presentes estavam o Brigadeiro Intendente Mauro Fernando da Costa Marra, Subdiretor de Inativos e Pensionistas; o Coronel Jorge Fernando Marques de Almeida, Chefe do SIPRJ1; e o Coronel Intendente Alexandre Santana Nogueira, Diretor da PIPAR.

Dia do Marinheiro

O SIPM celebrou o Dia do Marinheiro com uma cerimônia no dia 12 de dezembro de 2016, na qual houve leitura da Ordem do Dia e Mensagem do Presidente da República. Na ocasião, foram entregues platinas e divisas a promovidos. Além disso, alguns militares foram agraciados com as medalhas Mérito Marinheiro, Mérito Militar e Mérito Acanto.



Os promovidos receberam platinas e divisas



Alunos do CASIPEX visitam o SIPM



O grupo do Exército foi recepcionado pelos militares e civis do Setor de Atendimento do SIPM

Vinte e sete alunos do Curso de Administração de Inativos e Pensionistas do Exército (CASIPEX) estiveram no Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM) no dia 22 de novembro de 2016, para conhecer a rotina de atendimento aos inativos e pensionistas da Marinha. Além de conhecer as instalações do SIPM, o grupo assistiu a palestras sobre cadastramento anual e processo de pensão militar.

Todos os anos, os alunos do CASIPEX realizam uma visita ao SIPM, como parte do currículo do curso. O objetivo principal é enriquecer a formação dos militares que irão trabalhar com os serviços voltados aos inativos e pensionistas do Exército, por meio da troca de experiências entre os alunos e os militares e civis que trabalham no SIPM.

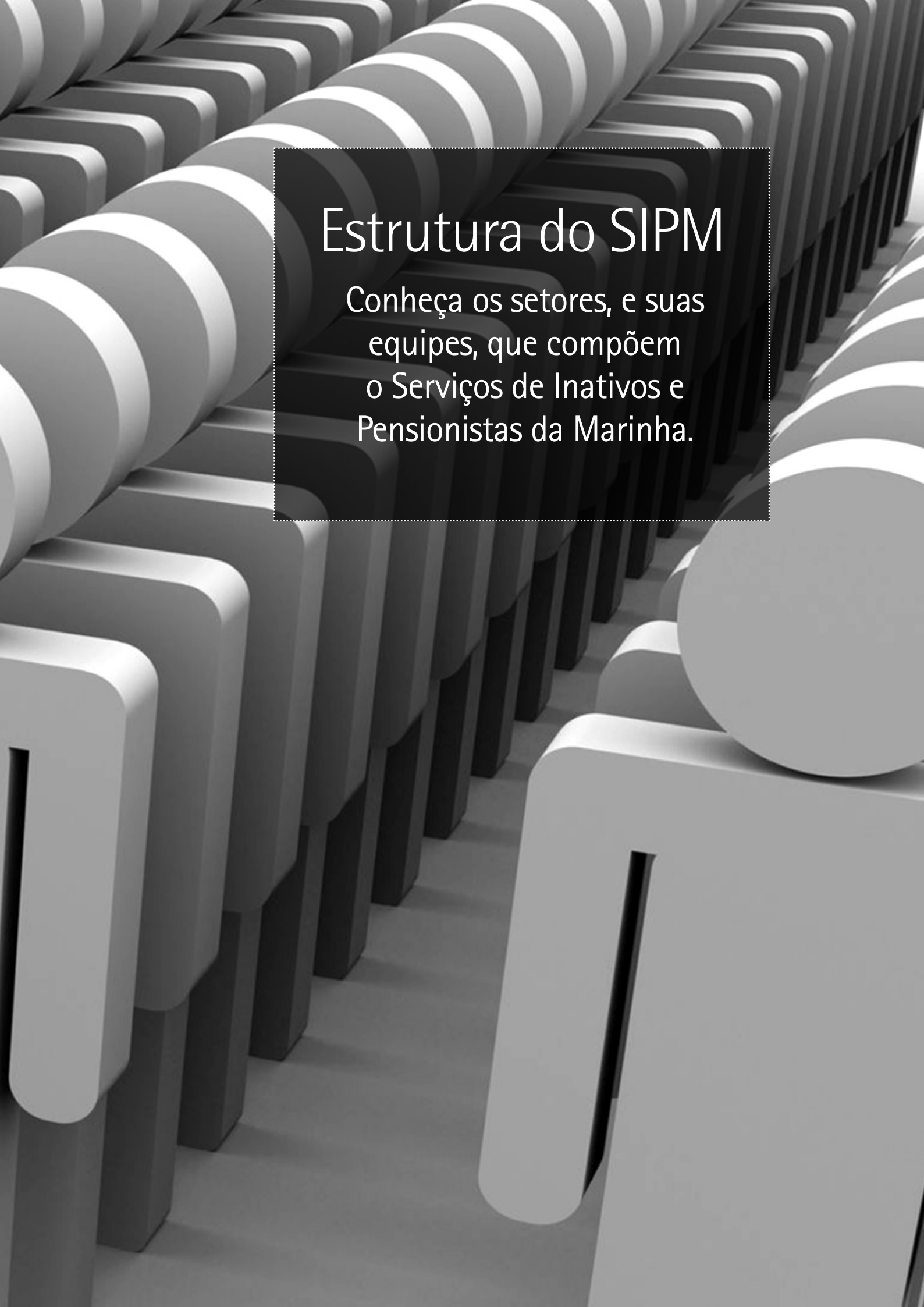


Campanha arrecada brinquedos

Em dezembro a Tripulação do SIPM se envolveu em uma campanha de Natal, que beneficiou uma entidade de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social. Foram doados brinquedos para a Fundação Santa Bárbara, localizada no município de Nova Iguaçu. A entrega aconteceu no dia 16 de dezembro de 2016.







Estrutura do SIPM

Conheça os setores, e suas
equipes, que compõem
o Serviços de Inativos e
Pensionistas da Marinha.

Palavras do Vice-Diretor do SIPM



Nesta quarta edição, temos a honra de receber nossos leitores, dar boas vindas e externar a felicidade de pertencermos a uma Organização Militar que possui, em essência, a nobre missão de bem cuidar das demandas de benefício de pagamento, originadas nos nossos inativos e pensionistas.

O SIPM, ao longo dos anos, vem se aprimorando tanto administrativo como tecnologicamente visando enfrentar os desafios que ora se apresentem no mundo moderno. Como Vice-Diretor, sou testemunha ocular do esforço diuturno de toda a Tripulação em prol do bem atender ao nosso público-alvo. Nas próximas páginas apresentaremos estas pessoas e os setores internos onde as mesmas trabalham.

O ano de 2017 se inicia e como ele cresce a vontade e a disposição de melhorar os nossos processos, pois visamos sempre atender com qualidade a quem nos serviu com dedicação.

Desejo a todos uma boa leitura!

SIPM-01.2

Assessoria de Gestão e Sustentabilidade



SIPM-01.4

Assessoria de Comunicação Social



SIPM-01.5 Ouvidoria



SIPM-10

Departamento de Acerto de Contas



SIPM-20

Departamento de Pagamento



SIPM-30 Departamento de Controle



SIPM-40 Departamento de Informática



SIPM-50

Departamento de Administração



SIPM-60

Departamento Jurídico



SIPM-70

Departamento de Apoio ao Público



SIPM-80

Departamento de Proventos e Pensões



SIPM-90

Departamento de Recuperação de Ativos



SECOM

Secretaria e Comunicações



www.marinha.mil.br

[/marmilbr](#)

[/photos/mboticial](#)

[/marinhaoficial](#)



A ÚLTIMA FRONTEIRA

EXISTE UMA AMAZÔNIA NO MAR PARA SER PROTEGIDA.
ACESSE O SITE E CONHEÇA NOSSO TRABALHO.

www.marinha.mil.br



PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS, CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

Você mais perto da saúde

O site do Saúde Naval foi criado para ajudar você a se cuidar mais. Informação rápida, fácil e fundamental para melhorar a sua qualidade de vida. Ser feliz requer, antes de mais nada, ter saúde. Acesse, navegue, informe-se e previna-se.

www.saudenaval.mar.mil.br



Saúde Naval

*Queremos o bem do
nosso maior bem:*

Família Naval



Praça Barão de Ladário, s/nº - Edifício Almirante Tamandaré, 2º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-000



Praça Barão de Ladário, s/nº - Edifício Almirante Tamandaré, 2º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-000